



## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na sala de reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, realizou-se a segunda reunião de acompanhamento do Comitê Gestor Regional de Atenção ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Portaria Conjunta seis, de vinte e seis de fevereiro de dois mil e quinze, sob a Presidência do Senhor Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo, presentes os membros do comitê o Senhor Juiz de Direito Carlos Alberto Martins Filho, o suplente, Senhor Juiz de Direito Pedro de Araújo Yung-Tay Neto, o suplente, Senhor Juiz de Direito Giordano Resende Costa, o suplente, Senhor Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano, o suplente, Servidor Daniel de Lima Freires, o suplente, Servidor Bruno Américo Carneiro Santos, estiveram presentes ainda, como assessores especiais, a Senhora Secretária Substituta de Planejamento e Gestão Estratégica Carmen Cecília da Fonseca Lemes Ferreira, a Servidora Larissa Regina dos Santos Cruz e a Servidora Aline Pereira Neves. O Presidente iniciou a reunião apresentando as últimas ações relacionadas ao Comitê: a implantação do teletrabalho; a criação e disponibilização da página eletrônica do Comitê para divulgação das ações, projetos, normas e demais informações; notícia no site do CNJ sobre a criação da página do Comitê do TJDF; criação e disponibilização de e-mail em nome do Comitê, para facilitar a comunicação entre servidores, gestores, jurisdicionados e membros do Comitê; expansão do sistema de gravação de audiências, mediante assinatura de contrato em junho, com previsão de finalização da primeira etapa ainda no ano de dois mil e quinze; e a realização durante o mês de julho do curso “Gestão cartorária na prática” para magistrados, com foco na atuação do juiz como gestor. Dando continuidade à reunião, o Presidente apresentou uma relação dos processos administrativos que foram abertos conforme o Plano de Ação proposto pelo Comitê, com andamento atualizado no dia oito de setembro de dois mil e quinze, que constará como anexo da presente ata. O Comitê passou então a uma análise da situação de cada processo administrativo. Verificou-se que o processo que trata da ‘Transformação de cargos vagos de técnico judiciário e auxiliar judiciário em analista judiciário, área judiciária’ encontra-se no Núcleo de Pesquisa em Gestão de Pessoas – NUPEQ - para a realização de estudo sobre as possibilidades de transformação de cargos bem como as suas implicações para o contexto do Tribunal. O Comitê decidiu oficializar o NUPEQ solicitando que a Pesquisa seja concluída no prazo de um mês. Quanto ao processo de ‘Redistribuição de funções comissionadas da área meio e fim-apoio para o primeiro grau’, o Comitê entendeu necessário marcar uma reunião com o Presidente, com a presença da alta administração bem como dos presidentes da Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e da Associação dos Magistrados do Distrito Federal e dos Territórios, para reforçar a importância dessa ação e solicitar providências da Administração. Essa reunião será agendada pelo Presidente do Comitê, preferencialmente em uma quarta-feira no início do expediente, e os membros serão informados por e-mail. Ainda sobre as funções comissionadas, o servidor Daniel de Lima Freires perguntou sobre a implementação da função de substituição dos oficiais de gabinetes nas varas e juizados e o Presidente do Comitê se comprometeu a verificar o andamento dessa ação com o Secretário Geral do Tribunal, senhor Celso de Oliveira e Sousa Neto. Quanto ao processo que trata da ‘Reforma administrativa e transferência da força de trabalho excedente para as unidades judiciais’ o Comitê discutiu que a Presidência e a Secretaria de Recursos Humanos têm realizado diversas ações no intuito de priorizar e proteger a força de trabalho da área fim, como a não reposição de vacâncias na área meio, a localização de novos servidores na área fim, a definição da lotação de referência da área meio e apoio, entre outras ações. Sobre o processo do ‘Leiaute padrão para as unidades judiciais que trabalham com o Processo Judicial Eletrônico – Pje’, foi explicado que a Secretaria Geral do Tribunal tem dado andamento conforme cronograma de implementação do PJe. O processo da ‘Expansão dos serviços de gravação de audiências para todos os juízos



de primeira instância' está na Secretaria Geral e está sendo executado conforme falado no início da reunião. De acordo com o andamento do processo que trata da 'Participação de magistrados na gestão da instituição – eleição para diretoria de fórum', provavelmente o próximo Corregedor fará as eleições para as diretorias dos fóruns. Ademais, o Corregedor publicou a Portaria do Gabinete da Corregedoria cento e dois, de primeiro de julho de dois mil e quinze, que fixa prazo para os mandatos de Juiz de Direito no exercício de Diretoria de Fórum. Quanto ao processo sobre a 'Participação efetiva de magistrados e servidores de primeira instância nos comitês e comissões instituídas pelo Tribunal' discutiu-se a respeito da criação dos cargos de juízes enquanto Secretário Geral e Chefe de Gabinete da Presidência e da Corregedoria. Definiu-se que essa questão precisa ser tratada após a eleição da próxima Administração, de preferência durante o período de transição. Quanto a 'Reativação do prêmio de Boas Práticas Judiciais do TJDFT', o Presidente do Comitê se comprometeu a solicitar o processo que se encontra na Secretaria Geral. No que diz respeito a 'Capacitação periódica de juízes de direito e diretores de secretaria em gestão cartorária', o Presidente informou que o curso "Gestão cartorária na prática" será ministrado no curso de formação para novos juízes e que a Corregedoria e o Instituto de Formação estão planejando um curso de gestão cartorária para os diretores de secretaria, que no futuro será obrigatório para exercer a função. O processo que cuida da 'Identificação das causas e consequências do mau funcionamento da justiça de primeiro grau' está na Ouvidoria. Foi realizada uma reunião para o planejamento da Pesquisa que tratará desse assunto e definiu-se que até o fim da presente gestão será entregue ao Comitê os resultados desse estudo. O processo da 'Expansão do projeto Pauta Concentrada para todas as circunscrições judiciárias' está na Segunda Vice Presidência e se encontra em andamento. Quanto ao processo da 'Participação de juízes de direito na composição da banca do concurso público para provimento de cargo de juiz de direito substituto', o Comitê entendeu necessário oficializar a Primeira Vice Presidência solicitando uma regulamentação sobre esse assunto. No que diz respeito ao processo de 'Incentivo aos servidores para que cursem Direito', o senhor Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano se comprometeu a solicitar o processo para verificar o seu andamento. A Secretária Substituta de Planejamento e Gestão Estratégica Carmen Cecília da Fonseca Lemes Ferreira se comprometeu a verificar a situação do processo que trata da 'Implantação de melhoria contínua dos processos de trabalho' e encaminhar um e-mail aos membros do Comitê com informações a respeito. Quanto ao processo sobre a 'Disponibilização de uma função comissionadas FC-03 a todos os juízes de direito substitutos vitalícios', decidiu-se por tratar desse assunto também na reunião que será agendada com o Presidente. Tendo finalizado a análise da situação de cada processo administrativo, o Presidente leu uma mensagem enviada pelo magistrado Asiel Henrique de Sousa, Juiz de Direito da Terceira Turma Recursal, na qual ele solicita que o Comitê proponha uma ação visando aumentar o quadro de pessoal e de funções comissionadas das Turmas Recursais. O Comitê discutiu sobre o assunto e deliberou que as Turmas Recursais devem compor o próximo estudo de dimensionamento da força de trabalho da área fim. O Presidente apresentou aos membros do Comitê o Guia de Implementação que deve ser respondido e encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ - até trinta de setembro de dois mil e quinze. A Secretaria de Planejamento Estratégico será responsável por solicitar as repostas às unidades competentes, submeter as repostas ao Comitê e encaminhar o questionário respondido ao CNJ. O Presidente solicitou que a Secretaria de Planejamento Estratégico entre em contato com a Assessoria de Comunicação Social para fazer um plano de divulgação, com a utilização de diversos meios de comunicação, no intuito de divulgar e fortalecer o trabalho do Comitê. Foi definido que o Comitê se reunirá mensalmente para o acompanhamento das iniciativas do Plano de Ações. Por fim, o Presidente reforçou o convite aos suplentes para participarem de todas as reuniões do Comitê, ressaltando a importância da contribuição de cada um. Nada mais havendo a registrar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Aline Pereira



Neves, \_\_\_\_\_ lavrei a presente ata, que, por ser expressão da verdade, segue assinada pelo Presidente do Comitê, pelos demais membros e assessores presentes.

Juiz de Direito Jayder Ramos de Araújo  
Presidente

Juiz de Direito Carlos Alberto Martins Filho  
Membro

Juiz de Direito Pedro de Araújo Yung-Tay Neto  
Presidente suplente

Juiz de Direito Giordano Resende Costa  
Membro suplente

Juiz de Direito Gilmar Tadeu Soriano  
Membro suplente

Daniel de Lima Freires  
Membro suplente

Bruno Américo Carneiro Santos  
Membro suplente

Liz Criciny Werlang Rauber  
Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG

Carmen Cecilia da Fonseca Lemes Ferreira  
Subsecretária de Orientação Estratégica – SUORE/SEPG

Larissa Regina dos Santos Cruz  
Supervisora substituta do Serviço de Análise Estatística – SERANE

Aline Pereira Neves  
Supervisora do Núcleo de Pesquisa em Gestão de Pessoas – NUPEQ